

Crise Climática e Transição Ecológica

FUNDÇÃO
LAURO CAMPOS e
MARIELLE FRANCO
PSOL

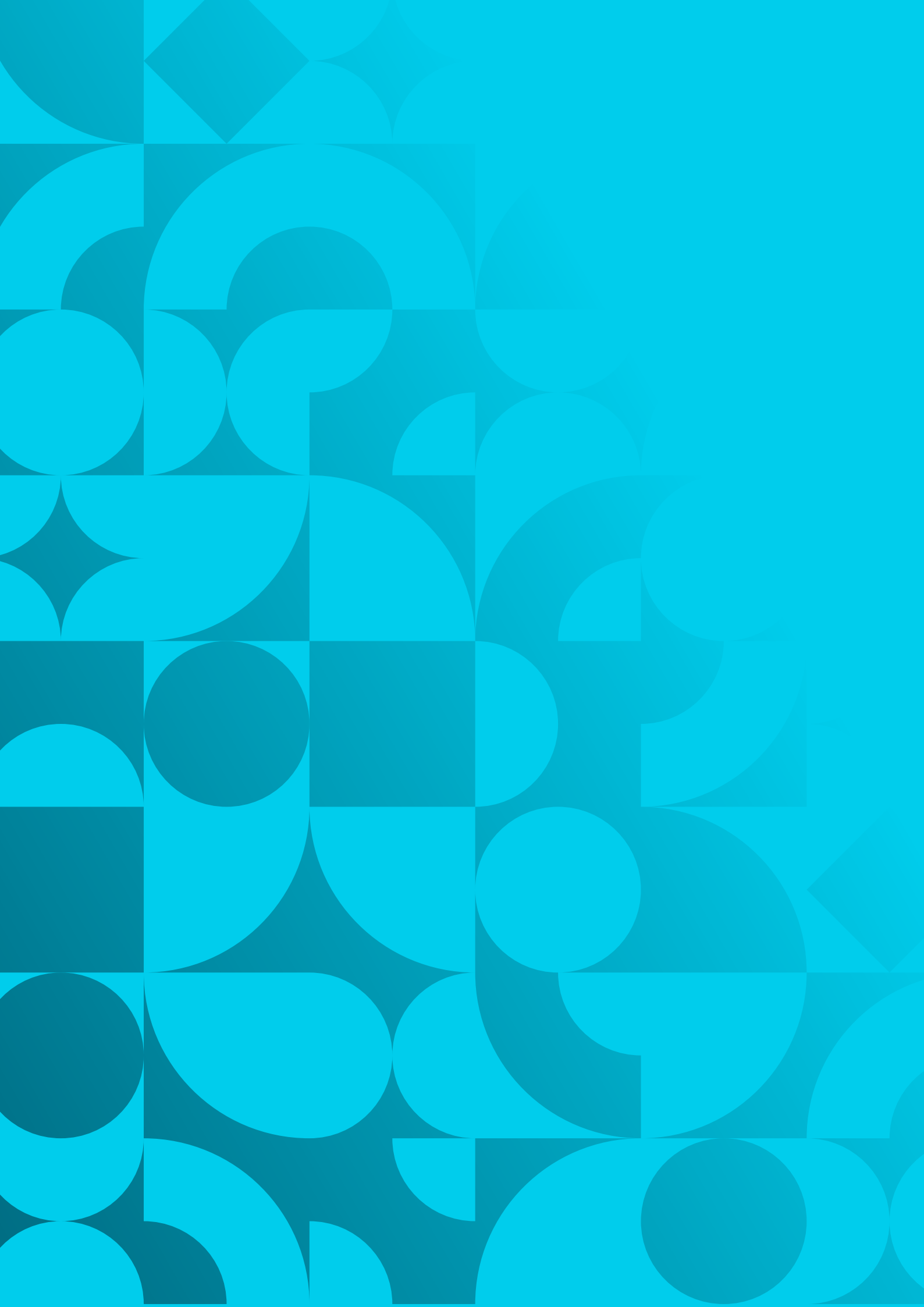


**Caderno
de debates**

2







Crise Climática e Transição Ecológica



**Caderno
de debates**

2



Expediente

Fundação Lauro Campos e Marielle Franco

Presidenta

Luciana Krebs Genro

Vice-presidenta

Ana Paula Silva da Rocha

Diretor Administrativo-financeiro

Stenio Matheus de Morais Lima

Diretora de Comunicação

Mariana Costa Riscali

Diretor de Relações Públicas e Institucionais

Daniel Morais Angelim

Diretor de Estudos, Pesquisa e Formação

Francisco Josué Medeiros de Freitas

Diretor de Acervo Memorial e Bibliográfico

Henrique Iglecio Fernandes

Diretor de Relações Internacionais

Guilherme Prado Almeida de Souza

Conselho Curatorial da FLCMF

Titulares: Edson Miagusko, Agatha Cristie Silva, Alexandre Varela, Beatriz Tenore Blanco, Bia Borges Ferraro, Fábio Nogueira De Oliveira, José Luis De Sampaio Torres Fevereiro, Maria Clara Melo Rodrigues, Maria Gracionice Barbosa Goncalves, Miguel Tadeu De Carvalho, Francisvaldo Mendes De Souza, Israel Pinto Dornelles Dutra, Marcus William Ronny Kollbrunner, Zaira Valeska Dantas Da Fonseca, Zeneide Nazare Lima Dos Santos

Suplentes: Carolyne De Souza Sobrinho, Gabriela Silva Gomes, Jose Carlos Miranda, Júlio César Araujo Das Neves, Mena Bianca Ferreira Paiva, Joyce Godinho Da Silva Martins, Kleber Rosa De Souza

Conselho Fiscal da FLCMF

Titulares: Etiene Bento dos Santos, Franklin Douglas Ferreira, Marília Freire da Silva, Leandro Fontes Coutinho, Ricardo Azevedo Néspoli.

Suplentes: Alessandra Luz Zilli, Lilian dos Santos Oliveira, Maria do Perpétuo Socorro Ferreira

Caderno de Debates Crise Climática e Transição Ecológica

Organização
FLCMF e PSOL

Projeto Gráfico e Direção de Arte
Cesar Habert Paciornik

Coordenação e Supervisão
Daniel Angelim

Diagramação
WHIZZ e HPDesign

Revisão
Carolina Peters



Sumário

Crise Climática e Transição Ecológica A batalha existencial contra o capitalismo: por uma transição ecológica popular e urgente Revolução Solidária	08
Ecosocialismo: um passo necessário para o PSOL APS, Alicerce, Centelhas, Fortalecer o PSOL, Insurgência Reconstrução-Democrática, LSR, MES e Rebelião Ecosocialista	12
Crise climática e a urgência de um programa de transição ecosocialista Nathalia Santana e Julio Holanda	20
Colocar a crise climática no centro da ação Lívia Duarte, Juliano Medeiros e Djalma Nery	28

Crise climática e Transição Ecológica

A batalha existencial contra o capitalismo: por uma transição ecológica popular e urgente

Revolução Solidária



As mudanças no clima em decorrência da ação capitalista no planeta já não são uma projeção, mas uma realidade do presente. Além do aumento objetivo da temperatura média da Terra, eventos climáticos extremos são cada vez mais frequentes e intensos, afetando sobretudo as populações que menos contribuem para a crise climática. Quem vive nas periferias, a juven-

tude das médias e grandes cidades, a população negra, os povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pequenos agricultores, além de outros povos e comunidades tradicionais são as maiores vítimas dos efeitos desse desequilíbrio, sofrendo constantemente com estragos materiais, bem como a destruição de seus territórios e modos de vida. Pelo lucro de poucos, o equilíbrio ecológico do planeta vem sendo des-

truído e a vida da maioria das pessoas está posta em permanente situação de emergência, resultando, inclusive, na deterioração da saúde humana e em crescentes deslocamentos e migrações.

Mesmo as previsões científicas mais otimistas consideram que os efeitos da crise climática já não são totalmente reversíveis. Nesse contexto, tragédias decorrentes de fortes chuvas, enchentes, deslizamentos, ondas de calor ou frio extremo e queimadas não são fenômenos naturais, mas consequências da combinação desastrosa entre essa crise e a profunda desigualdade na distribuição de infraestrutura e planejamento de nossas cidades – ambos fenômenos frutos do capitalismo. Devemos, portanto, enraizar e localizar os debates e esforços para se reduzir os riscos e combater o racismo ambiental, promovendo medidas de adaptação que deem conta do estrago já feito. Ao mesmo tempo, devemos mitigar emissões de gases de efeito estufa e construir uma transição ecológica que supere tanto a relação predatória e destrutiva do capitalismo com a natureza quanto as diferentes formas de opressão de nossa sociedade. Mais do que nunca, urge superar o capitalismo, pois disso depende a nossa própria existência.

Nesse contexto, não se pode ignorar a desproporção de responsabilidade dos países do Norte global em relação à crise climática: sua riqueza deriva de séculos de exploração colonial e capitalista sobre o planeta, e

o sistema internacional segue incorrendo danos aos países do Sul. Na divisão internacional do trabalho, a reprimarização da economia brasileira se materializa na expansão desenfreada da mineração e do agronegócio monocultor-exportador, acompanhado de toda sua cadeia logística neocolonial. As consequências desse processo são nefastas: à medida que as mineradoras e garimpos engolem montanhas e rios; e que pastos de gado e latifúndios de soja e milho avançam sobre nossos biomas, aprofunda-se a crise climática, aumentam os preços dos alimentos, nossa biodiversidade definha, e os agrotóxicos e rejeitos da mineração contaminam cada vez mais rios e territórios.

Nesse sistema, supostas rotas de integração com novas ferrovias, portos, rodovias e hidrovias tornam-se veias abertas por onde escorre nossa soberania e se promove a destruição. Ao invés de servirem para melhorar as condições de vida do povo e gerar emprego e renda em cadeias econômicas de sociobiodiversidade, essas infraestruturas se revelam verdadeiros vetores de desmatamento e fazem crescer o poder e o lucro das corporações transnacionais. Do mesmo modo, a expansão de parques eólicos sem condicionantes socioambientais, a instalação de data centers com grande demanda hídrica e elétrica e a comodificação do hidrogênio verde pavimentam a ampliação de impactos negativos para muitos, enquan-

to geram lucros para poucos sob um verniz verde. Em meio a tudo isso, a violência contra movimentos sociais e defensores de direitos socioambientais permanece alarmante.

De modo geral, o neoliberalismo se nutre materialmente desses processos, e a extrema direita tem no próprio negacionismo climático uma estratégia mobilizadora. É, portanto, papel do PSOL travar esta batalha a nível político, econômico, social e cultural, popularizando o debate climático ao aproximá-lo da concretude da vida da classe trabalhadora. Em um contexto de alta precarização do trabalho, isso significa lutar pela inclusão de todas as trabalhadoras e trabalhadores, formais e informais, nos processos de transição ecológica, fortalecendo, marcadamente, cooperativas de catadores e iniciativas agroecológicas no campo e na cidade. O partido deve lutar por mais moradia popular e pela reciclagem de prédios nos centros urbanos; pela melhoria, gratuidade e ampliação do transporte público; e pela criação de mais espaços verdes nas cidades, sobretudo nas periferias urbanas.

Em um mundo em emergência e num país com população majoritariamente urbana, o PSOL deve ter como prioridade a redução de riscos nas periferias e a garantia da soberania alimentar e segurança nutricional de nossa população. Não há, portanto, outra opção a não ser conectar as lutas do campo, das cidades, das águas e das florestas, sendo impossí-

vel conceber uma transição ecológica sem reforma agrária popular, demarcação de Terras Indígenas, titulação de territórios quilombolas, regularização fundiária e respeito à consulta livre, prévia e informada, conforme estipulado pela Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Do mesmo modo, é dever do partido lutar pela constitucionalização dos direitos da natureza, defender e ampliar os mecanismos de proteção, fiscalização e licenciamento ambiental, além de pressionar, incansavelmente, para limitar a expansão do agronegócio, da mineração e da pecuária, por desmatamento zero e pela proteção de nossas águas, sistemas hídricos e biodiversidade.

O partido não deve ser refém do rebaixamento do debate climático, cabendo ao PSOL denunciar as falsas soluções apresentadas pelo capitalismo, as quais mascaram o problema, desviam recursos e ainda culpabilizam países e povos do Sul global – como no caso do mercado de carbono, Net Zero e estratégias de compensação. O mesmo vale para as questões relativas à transição energética: o petróleo, por óbvio, não pode seguir sendo a base das economias nem de nenhum projeto de desenvolvimento. Não podemos, no entanto, nos contentar com a mera defesa de fontes renováveis sem que estas venham acompanhadas do respeito aos direitos dos povos e comunidades, e inseridas em um projeto popular e soberano. Urge

avancarmos imediatamente para um sistema livre de combustíveis fósseis e com geração de energia renovável distribuída e socialmente justa.

Por fim, vale ressaltar que as bases de nossa transição ecológica devem vir tanto da valorização dos saberes e práticas das periferias, dos povos indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais quanto da ciência ocidental e do internacionalismo dos povos. Transparência, participação popular e proteção a movimentos e defensores socioambientais são, portanto, condições indispensáveis para avançarmos rumo à justiça climática. O PSOL deve se tornar um

instrumento de organização popular e periférica dos setores mais afetados pelos eventos climáticos extremos no sentido de engajá-los ativamente nas soluções para combater a crise climática provocada pelos ricos. Do mesmo modo, reconhecer a dívida do Norte global e sua responsabilidade em financiar essa transição ecológica é tão importante quanto tecer laços de solidariedade no âmbito da nova classe trabalhadora. A justiça climática deve ser nossa régua, e a superação do capitalismo, o nosso objetivo. Só assim poderemos avançar na velocidade existencialmente necessária rumo a uma economia ecológica e socialista. ■

Eco-socialismo: um passo necessário para o PSOL

APS, Alicerce, Centelhas,
Fortalecer o PSOL, Insurgência
Reconstrução-Democrática, LSR,
MES e Rebelião Eco-socialista



Nosso partido foi fundado, em 2004, a partir de uma crítica do rumo social-liberal do PT e sua política de conciliação com setores conservadores. Ele constituiu-se ao redor da referência do socialismo democrático como horizonte estratégico e ideologia, demarcando-se tanto em relação aos partidos e movimentos socialistas e comunistas burocráticos, vinculados às experiências do socialismo real, como em vista dos partidos social-democratas vincu-

lados à gestão do capitalismo. Estamos comprometidos com as lutas democráticas e o antifascismo, que se tornou um combate candente nos últimos anos e é uma causa consensual dentro do PSOL. Herdamos também sólidas referências anti-imperialistas, de longa tradição no nosso continente. Somos comprometidos com as pautas feminista, antirracista e de combate à LGBTfobia. Também incorporamos a luta dos povos indígenas e tradicionais por seus direitos e territórios. O partido está

comprometido ainda com a defesa dos direitos humanos, o combate ao populismo penal e a luta contra o genocídio da juventude negra.

Esse retrospecto ajuda a definir o sentido geral anticapitalista do PSOL, seu alicerce na luta contra a exploração e as opressões que o capitalismo impõe à maioria da população. Nunca definimos, por outro lado, o caminho estratégico para fazer convergir as lutas populares em uma disputa de poder e atingirmos uma sociedade socialista, tema que por vezes tensiona a intervenção do partido; essa é, em nossa opinião, uma mudança que só será atingida através de uma ruptura revolucionária, com a necessária construção de uma transição ecossocialista. Avaliamos que agora precisamos formalizar o compromisso do nosso partido não apenas com o socialismo, mas com algo mais preciso: o ecossocialismo.

Para onde vamos?

A qualificação ecológica do socialismo é uma imposição objetiva candente, dada pela grande aceleração da demanda de recursos e serviços ecossistêmicos que o capitalismo global impõe à “natureza”. O impacto cumulativo que as atividades humanas estão tendo sobre os processos naturais da Terra é gigantesco, em especial o aquecimento global, mas também a perda de biodiversidade, a redução da disponibilidade

hídrica, o desmatamento e as alterações no uso do solo, o impacto sobre os fluxos de nitrogênio e fósforo pela grande agricultura industrial, a poluição química, de plásticos e de novas entidades liberadas no meio ambiente, a acidificação dos mares. A dinâmica de acumulação permanente, sob a qual funciona o capitalismo, impõe um desequilíbrio crescente, uma brecha metabólica que está solapando as condições que favorecem a vida no planeta.

Agora, todas as projeções científicas indicam que ultrapassaremos 2 graus de aquecimento global entre 2035 e 2040, uma temperatura que será atingida no Brasil bem antes, em 2030. Isso ocorre porque a situação do Brasil é mais difícil que a da maioria das nações. País tropical, com vastas porções de seu território no centro do continente sul-americano (que esquenta mais rápido que as regiões costeiras), o Brasil se aquece mais rapidamente do que a média do planeta. Além disso, a Floresta Amazônica é um dos “pontos sem retorno” vitais do sistema climático global, que, uma vez comprometida, conhecerá um curso irreversível de degradação. Relatórios científicos prospectam que, sem mudanças radicais de trajetória, atingiremos cenários climáticos catastróficos muito rapidamente no Brasil. O PL da Devastação, recém aprovado, consolida os piores cenários possíveis.

Barrar a corrida ao abismo, no mundo e no Brasil

O importante, para o PSOL, são as consequências políticas desses dados e cenários. O mundo está em um rumo suicida que precisa ser detido. O fossilismo domina os principais governos do mundo, e a transição energética está adicionando novas fontes de energia sem reduzir as antigas, derivadas dos combustíveis fósseis. O negacionismo climático se tornou parte do programa das correntes de direita, extrema direita e dos neofascistas por todo o planeta. Em sua visão de mundo social-darwinista, os poucos que podem devem se apropriar de todos os recursos possíveis, sem se preocupar com o destino das maiorias. Os liberais e boa parte dos progressistas não querem desenvolver iniciativas que rompam com os mecanismos de mercado e se mostram impotentes para conduzir às mudanças necessárias. Refugiam-se em um ilusório tecnosolucionismo de mercado: a ideia de que no futuro novas tecnologias resolverão os problemas para os quais hoje não vemos soluções. Uma ideia irreal porque não existem tecnologias de captura de carbono que sejam consideradas economicamente viáveis, e porque os mecanismos de crédito de carbono não reduzem emissões em parte alguma. Essa perspectiva também ignora os impactos sociais e ambientais das chamadas “energias limpas”, espe-

cialmente sobre as comunidades em que são instaladas. É preciso reduzir o consumo energético do planeta.

Não compartilhamos do pensamento mágico que domina os círculos capitalistas e governamentais pelo mundo afora, nem seu negacionismo da ciência. As estruturas de poder estatal, midiático e multilateral do mundo são hoje controladas pelos interesses dos ramos de energia fóssil, pela grande indústria agropecuária, pela indústria armamentista, pela mineração em grande escala, pelas grandes corporações tecnológicas e por outros ramos da economia capitalista interessados na inércia do atual sistema de predação da Terra. Consumismo, descartabilidade, obsolescência planejada e muitas outras características socioeconômicas desse sistema alimentam a expansão descontrolada da megamáquina capitalista, em cujo coração está o parasitismo financeiro, a busca por fazer cada vez mais dinheiro em cima do dinheiro, que escapa de qualquer controle racional.

As mudanças climáticas estão imbricadas, pelas leis da física, química e biologia, com os outros processos devastadores da teia da vida no planeta, o que coloca as Ciências do Sistema Terra como portadoras de uma crítica radical da sociedade capitalista. O fossilismo e a agropecuária produtora de commodities são os dois grandes ramos da economia capitalista que estão conduzindo nossas

sociedades nesse rumo suicida, e eles estão incrustados nas redes de poder que controlam o Estado brasileiro. Precisamos ouvir o clamor dos cientistas do clima, que nada mais fazem do que expor a implacabilidade dos processos da natureza com os quais não podemos negociar, sem deixar de escutar também a voz da juventude, dos movimentos socioambientais e populares. Precisamos falar do racismo ambiental e dos impactos desiguais das mudanças climáticas para quem está nas periferias e para a vida dos povos e comunidades tradicionais, que resistem à expansão do capital no litoral, nas terras indígenas e quilombolas, nas florestas etc. A luta ecossocialista já é uma realidade intensa e dinâmica, que mobiliza setores diversos e expõe a contradição deles com o capital. O PSOL deve ampliar sua participação nesses processos a fim de fortalecê-los, em colaboração com as comunidades, ativistas e movimentos sociais.

O petróleo é anacrônico

O Brasil é um dos países do mundo cuja população é mais preocupada com a crise ecológica – e isso apesar de todo o peso do agronegócio, da mineração e da exploração do petróleo. Essa é uma agenda transversal que permite dialogar até mesmo com setores mais amplos da sociedade, mas para isso temos um ajuste de contas a fazer com as tradições progressis-

tas que foram muito marcadas pelo produtivismo. A luta pelo “Petróleo é nosso” foi, há três quartos de século, o foco do nacional-desenvolvimentismo que internalizou, no país, os ramos típicos da Segunda Revolução Industrial, depois desmontados pela revanche (neo)liberal e exportadora de commodities. Foi também um elemento central da luta anti-imperialista; a Petrobras tornou-se um ícone fetichizado da identidade positiva do Brasil. Contudo, ela foi em boa parte privatizada e se transformou em uma megacorporação movida pela ganância sem limites. Ela dá lucro para seus acionistas na Bolsa de Nova York, cometendo o crime de exportar petróleo bruto e importar óleos refinados que antes eram produzidos aqui. A riqueza gerada pela empresa, como por outros setores que se baseiam na mesma lógica de megaempreendimentos, está cada vez mais concentrada, o que evidencia o limite da dinâmica desenvolvimentista. Outro caminho é possível. Hoje, nove em cada dez projetos de energia renovável são mais baratos que as alternativas em combustíveis fósseis.

Temos que ser incisivos: a Petrobras deve utilizar toda a sua expertise para se transformar em uma empresa de energias renováveis, a serviço de um novo padrão energético. O argumento da transição energética tem um componente real, mas é, no Brasil, uma falácia; aqui o consumo de energia fóssil é, em grande

parte, realizado pelo setor de transportes – que hoje pode e deve ser eletrificado em poucos anos, como está fazendo a economia chinesa e como deve fazer o Brasil, se quiser se manter a par do desenvolvimento tecnológico contemporâneo. Enquanto isso, o agronegócio brasileiro está fazendo lobby para nos manter em um padrão tecnológico obsoleto, pelo uso de biocombustíveis que nada têm de sustentáveis. O problema não é, portanto, apenas o da exploração do petróleo na Foz do Amazonas, mas o apego de parte da esquerda a uma visão de mundo fossilista, anacrônica e cúmplice do ecocídio. Não por acaso, esse é, hoje, um componente central do projeto trumpista.

O agronegócio predador

Creemos que não seja preciso, no PSOL, argumentar sobre as razões pelas quais o agronegócio brasileiro tem um caráter regressivo. Enraizada no escravismo e na predação ambiental, desenvolvendo práticas destrutivas das vidas dos trabalhadores e da fertilidade dos solos, a classe dominante agrária brasileira se capitalizou como produtora de commodities para exportação que ocuparam as zonas cafeeiras, se expandiram para o Cerrado e hoje ameaçam a Amazônia. Gado, soja, cana-de-açúcar e café correspondem a uma estrutura produtiva que reitera as dependências econômicas no mundo contemporâneo.

O ruralismo não produz alimentos com o necessário cuidado humano, mas transpõe para o campo o sistema de fábricas, criando desertos verdes. Envenena a população brasileira com agrotóxicos, inclusive aqueles banidos na Europa, pulverizados até mesmo sobre zonas urbanas. Essas commodities estão umbilicalmente ligadas à indústria de alimentos ultraprocessados que está produzindo uma epidemia de enfermidades evitáveis no país, com aumento do sobrepeso e obesidade da população, além de maior risco de desenvolvimento de câncer.

O ruralismo é o núcleo da reação neofascista no país, organizando em torno de si o conservadorismo religioso e a visão punitivista de justiça. Ele sequestra os fundos públicos para apoiar sua atividade. A luta antifascista é a luta para quebrar a hegemonia das oligarquias agrárias na política brasileira; ela tem na luta pela reforma agrária e pela defesa da agricultura camponesa e familiar, um componente central. E, como afirma a Via Campesina, “os camponeses esfriam o planeta”. O futuro da agricultura, em um mundo saudável, é da agroecologia.

Ecosocialismo, soberania e integração regional

Quando defendemos que o PSOL deve se afirmar como um partido ecosocialista, não o fazemos a partir

de qualquer modismo, mas da crítica do modelo econômico insustentável estabelecido no Brasil a partir do Consenso de Washington e sua política de desindustrialização e reprimarização do país. Ele foi mantido por todos os governos desde 1990, mas agora sua “âncora internacional” – a globalização neoliberal e as cadeias internacionais de produção organizadas pelas corporações transnacionais – está em crise, como evidenciam as políticas de Trump de recentrar boa parte das cadeias produtivas da economia dos EUA no mercado interno estadunidense. Isso pode abrir um espaço para revertermos a subalternização e o caráter extrativista das estruturas produtivas voltadas para o mercado mundial, montadas pelas burguesias compradoras de nosso continente. O atual patamar de globalização é insustentável, como percebe a extrema direita pelo mundo, mas não os liberais. A economia brasileira foi, exceto no período de 1930 a 1990, voltada para fora, para suprir demandas de produtos primários dos polos capitalistas. Qualquer projeto de futuro tem que recentrar o dinamismo da economia brasileira em uma dinâmica interna e na integração regional.

Desde uma perspectiva ambiental, a maior parte da produção econômica capitalista e do comércio internacional, bem como as finanças globais, são profundamente improdutivas. A produção de combustíveis fósseis e do sistema alimentar focado na pro-

teína animal e em alimentos ultra-processados se tornaram forças destrutivas, e não há nenhum horizonte para sua redução no capitalismo – ao lado de armas, carros, esportes motorizados e turismo de massa, dos plásticos, dos bens de consumo regidos pela lógica da descartabilidade e obsolescência planejada, os serviços que reproduzem essa estrutura etc. A maior parte do que hoje flui pelas artérias do comércio mundial não pode ser integrada em uma economia circular, além de contribuir para a destruição da biosfera e, em decorrência disso, da vida humana.

Podemos produzir a quase totalidade do que necessitamos em nosso país, integrando cadeias produtivas muito mais curtas e racionais com os países vizinhos. A integração regional não é só um antídoto contra o provincianismo, mas a vocação da ambição emancipadora do socialismo. O comércio internacional que não passar pelos crivos ambientais e sociais deve ser suprimido, por mais “natural” que pareça depois de quase meio século de globalização neoliberal. Não estamos defendendo a autarquia; não poderemos abandonar o uso de certas tecnologias avançadas, cuja produção está hoje concentrada nos polos capitalistas ocidentais e na China. A rede de relações que o Brasil constrói nos BRICS poderia, nesse caso, fornecer pontos de apoio importantes frente ao período de caos internacional em que entramos.

Ecosocialismo: uma sociedade democrática e próspera

Ao contrário da caricatura desenhada por seus detratores, o ecosocialismo não defende a volta a uma sociedade de pequena escala, mas o fechamento da brecha metabólica que o capitalismo abriu frente ao Sistema Terra nas últimas décadas. A economia de mercado é míope e imediatista: pensa a economia pelos preços, não a partir dos fluxos de matéria, energia e trabalho; pensa a produtividade e a redução de custos apenas pela lógica de curto prazo de cada unidade de produção, de cada empresa. Não inclui em seu sistema de preços os custos dos danos ou impactos ambientais ou sociais da produção ou do consumo dos bens e serviços, considerados “externalidades”. Isso era razoável no desenvolvimento da indústria nos séculos XIX e XX, mas nada razoável no século XXI.

Um sistema econômico sustentável do ponto de vista social e ambiental, ou seja, alguma forma de planificação ecosocialista, pode atualmente utilizar ferramentas digitais para orientar as decisões sobre a produção e a distribuição que não existiam nas experiências socialistas do passado. Frente às tecnologias digitais, podemos hoje

sustentar que o mercado está se tornando um mecanismo de precificação cada vez mais precário e obsoleto se comparado com uma possível planificação cibernética colocada a serviço de um poder político democrático.

Hoje 85% da população brasileira vive nas cidades, mas temos o país aprisionado por uma economia de saque das riquezas naturais, voltada para gerar riqueza para três mil famílias. Precisamos desmontá-la e constituir uma economia voltada para o atendimento das necessidades das maiorias, do povo trabalhador da cidade e do campo, revertendo os processos neoliberais de precarização e informalidade, e a expansão das zonas de sacrifício que golpeiam povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, caiçaras, extrativistas. Precisamos construir uma nova estrutura produtiva na qual as atividades agrícolas e mineradoras estejam equilibradas com uma indústria produtiva e serviços acessíveis e de qualidade, com cidades com qualidade de vida onde tenhamos uma teia econômica e institucional capaz de impulsionar o desenvolvimento tecnológico em benefício da nação, e com a restauração ecológica que cure as enfermidades que cinco séculos de latifúndios produziram na nação brasileira. ■



Crise climática e a urgência de um programa de transição ecossocialista

Nathalia Santana
e Julio Holanda



Desde a Revolução Industrial, fase do capitalismo em que se intensificou a queima de combustíveis fósseis para aumentar a produtividade, houve um aumento da emissão de gases de efeito estufa na atmosfera. Mais de 200 anos depois, a temperatura média global se encontra 1,6°C acima dos níveis pré-industriais, aproximando-nos perigosamente de pontos de não retorno ecológico. Todas as tentativas das elites econômicas e políticas para enfrentar

a crise climática fracassaram. Mecanismos de mercado, como o comércio de créditos de carbono e projetos de compensação ambiental, negociados, aprovados e celebrados nas Conferências das Partes (COPs), não apenas se mostraram ineficazes, como tiveram efeitos contrários aos anunciados.

Os principais setores emissores de gases de efeito estufa no mundo são energia, indústria, agricultura, transporte e mudança do uso da terra. No Brasil, a maior taxa de emissão

advém da mudança de uso do solo, que é basicamente desmatamento e queimadas, seguidos da agropecuária. Juntos, representam cerca de 70% das emissões nacionais, enquanto o setor de energia é o terceiro em participação, sendo responsável por 22% das emissões brutas. Esses setores contam com forte influência política, mantendo um lobby ativo no Congresso Nacional, em especial, na Câmara dos Deputados, garantindo a flexibilização de regras e a ampliação da exploração predatória.

Frente a esse cenário, a tarefa que se coloca não é apenas mitigar danos, mas enfrentar as causas estruturais do colapso climático, desmascarando as falsas soluções do capital e construindo um horizonte de ruptura baseado na justiça socioambiental e na reorganização radical do metabolismo sociedade-natureza, horizonte que o ecossocialismo oferece como perspectiva estratégica.

O capitalismo do século XXI: colapso climático e a financeirização da natureza

Estamos enfrentando uma emergência ambiental planetária que ameaça a sobrevivência de inúmeras espécies, incluindo os seres humanos, e que tem raízes no sistema capitalista. Ainda assim, existe quem defenda a possibilidade de criar um novo “capitalismo climático” ou “capitalismo verde”, em que o sistema

muda de inimigo do meio-ambiente e das populações para seu salvador. Essas visões subestimam o fato de que as relações sociais de produção capitalistas, ao priorizarem o lucro e a acumulação, são incompatíveis com a preservação dos equilíbrios ecológicos necessários à vida.

O modo de produção capitalista entende a natureza como “recursos naturais”, e para obter lucro e atingir seu objetivo, é necessário que esses recursos sejam explorados, transformados em mercadorias, sem considerar os limites metabólicos da natureza, o equilíbrio ecossistêmico e os ritmos de regeneração dos ecossistemas. Os cientistas do clima definiram um total de nove fronteiras planetárias como limites biofísicos que garantem a estabilidade da Terra, como clima, acidificação dos oceanos, extinção de espécies, ciclos biogeoquímicos, dentre outros. Atualmente, seis dessas fronteiras foram ultrapassadas, o que significa que a humanidade está operando fora de uma zona segura para a manutenção das condições que possibilitam a vida.

O processo de formação do Brasil é marcado pela colonização que instaurou um regime de produção primário-exportadora, drenando a riqueza produzida nos territórios – ouro, ferro, lítio, açúcar, café, algodão, soja, carne, entre outros – em direção aos países do centro do capitalismo. Hoje, a expansão das chamadas “energias renováveis” e a corrida global por minerais críticos repetem esse padrão.

Trata-se de converter os bens comuns em mercadorias, subordinando direitos fundamentais ao mercado e aprofundando a expropriação das terras indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais e ribeirinhas, que, por seu modo de vida e saberes, são justamente as populações que apresentam alternativas concretas que se contrapõem o modo de vida capitalista.

Transição ou transação energética? O lugar do Brasil na geopolítica da energia e dos minerais estratégicos

O discurso hegemônico em torno da “transição energética” afirma que substituir combustíveis fósseis por fontes renováveis seria o caminho natural para conter o colapso climático e cumprir as metas estabelecidas no Acordo de Paris. No entanto, um olhar crítico revela que não há indícios de que esteja ocorrendo uma transição energética no país. Ao contrário, os combustíveis fósseis continuam batendo recordes de produção, inclusive com anúncios de novas áreas de exploração, como a margem equatorial amazônica e o fraturamento hidráulico. Em vez de descarbonizar, o sistema reorganiza cadeias de valor e fluxos financeiros para abrir novos mercados, mantendo intocados os fundamentos da acumulação capitalista, agora com roupagem “verde”, “sustentável” e “ecológica”.

No caso brasileiro, essa “transação” se materializa na combinação entre a expansão acelerada de fontes ditas limpas e a continuidade da exploração de petróleo e gás, especialmente no pré-sal. Os grandes complexos eólicos no Nordeste estão menos vinculados a uma política de soberania energética nacional, e mais conectados à oferta de energia barata para a produção de hidrogênio verde destinado ao mercado internacional. Essa lógica é acompanhada de um processo de territorialização corporativa que impacta de forma desproporcional comunidades tradicionais, convertendo essas regiões em novas zonas de sacrifício. Se, por um lado, os efeitos mais dramáticos das mudanças no clima recaem sobre os países periféricos, as populações mais pobres e os grupos mais vulnerabilizados; por outro, as políticas de transição energética, em busca da adaptação e da mitigação, também vêm provocando violações e violências sobre esses mesmos territórios e grupos sociais.

Além dos impactos e conflitos socioambientais nos territórios, já muito bem documentados, a chamada “transição energética” explicita uma face perversa das fontes de energia renováveis, ainda pouco conhecida: embora emitam menos gases de efeito estufa na etapa de geração, sua cadeia produtiva depende de intensa utilização de minérios e de processos industriais altamente poluentes. A construção de aerogeradores, painéis solares

e baterias exige grandes quantidades de minerais ditos estratégicos ou críticos, como lítio, cobre, níquel, manganês, terras raras, nióbio, entre outros, cuja extração está associada a desmatamento, contaminação de águas e da biodiversidade, deslocamento de comunidades e violações de direitos humanos. Essa pressão por matérias-primas para eletrificação se intensifica com a competição geopolítica entre Estados Unidos e China, que disputam o controle das cadeias de fornecimento para garantir autonomia tecnológica e segurança energética.

A exploração de minerais da transição cresceu 39% na última década, frente a um crescimento de 9,3% do setor mineral, em valores reais. Nesse tabuleiro, os países da América Latina e África assumem papel de fornecedoras de bens primários, reproduzindo padrões coloniais de especialização produtiva, exportando recursos de baixo valor agregado para importar bens industrializados de alto valor. O Brasil, por sua abundância de recursos energéticos e minerais, ocupa posição estratégica nessa disputa. No setor energético, o hidrogênio verde é divulgado como “solução” para a descarbonização, com previsão de atrair bilhões em investimentos nos próximos anos. Projetos no Nordeste, como os da Qair, Casa dos Ventos e Fortescue, mobilizam cifras bilionárias e vastas áreas de terra, reforçando corredores logísticos voltados ao mercado externo, mais do que à soberania energética interna.

Outro recurso de grande importância estratégica são as terras raras. O Brasil detém a terceira maior reserva mundial, atrás de China e Vietnã, mas ainda produz volumes irrisórios. Elementos como neodímio e praseodímio, essenciais para ímãs permanentes usados em turbinas eólicas e veículos elétricos, são extraídos, mas enviados quase integralmente à China para processamento, evidenciando a dependência tecnológica e industrial. O nióbio é outro exemplo emblemático: o Brasil é responsável por mais de 90% da produção mundial, concentrada nos estados de Minas Gerais e Goiás. Embora o recurso seja estratégico para setores de alta tecnologia, sua exploração segue majoritariamente voltada à exportação de liga metálica, sem integração relevante a uma política de industrialização nacional.

Essa dinâmica revela um paradoxo central: quanto mais o Brasil se insere na “economia verde” global, mais se intensificam conflitos territoriais internos. Os megaprojetos de renováveis e de mineração para eletrificação geram processos de espoliação, expulsão de comunidades, racismo ambiental e perda de modos de vida em comunidades tradicionais. Ao mesmo tempo, ao reproduzir a dependência tecnológica e a inserção subalterna nas cadeias globais, o país abdica de construir uma verdadeira transição ecológica pautada pela soberania energética, pelo controle social da produção e pelo respeito aos limites ecossistêmicos.

Interseccionalidade e as lutas contra o racismo ambiental

A interseccionalidade é uma ferramenta analítica e teórica que permite entender como os diferentes aspectos da identidade do sujeito político, como raça, gênero, classe, sexualidade, entre outros, influenciam-se mutuamente, criando experiências únicas de opressão ou privilégio. A socióloga afro-americana Patricia Hill Collins também enfatiza que a interseccionalidade, além de perceber que as diferentes formas de opressão estão interligadas e se reforçam mutuamente, é um guia para a ação social e permite identificar e combater as desigualdades em diferentes contextos sociais, promovendo justiça social e emancipação.

A análise interseccional é fundamental para compreender que os impactos das mudanças do clima não são uniformes e afetam de maneira desproporcional grupos sociais que estão sujeitos a diferentes formas de opressão. Ao analisar as intersecções entende-se a existência de comunidades que são mais vulneráveis aos impactos da mudança do clima e aos riscos ambientais, comunidades atravessadas pelo racismo ambiental.

A pesquisa “Quem precisa de justiça climática no Brasil?”, realizada pelo Observatório do Clima, aponta que as mudanças climáticas afetam de forma mais severa mulheres negras, indígenas e quilombolas, em

especial das regiões Norte e Nordeste, que vivem em áreas vulneráveis aos eventos extremos e enfrentam desafios adicionais devido à discriminação racial e de gênero. A falta de acesso a recursos básicos, como água potável e saneamento, sistema de saúde e educação climática, afeta desproporcionalmente as comunidades de baixa renda, que também são mais suscetíveis a doenças.

Apesar disso, são esses grupos que estão na linha de frente das resistências. Segundo pesquisa conduzida pela Conservation Internacional, com dados de Brasil, Colômbia, Equador e Suriname, terras de afrodescendentes e quilombolas apresentam até 55% menos desmatamento em comparação com outras áreas. Mais do que olhar para a população negra e indígena como impactadas pela mudança do clima, é preciso reconhecer essas populações como protagonistas no desenvolvimento de soluções.

Durante o Encontro Ibero-americano do Ano Internacional dos Afrodescendentes (Afro XXI), a ativista Nilma Bentes apresentou a ideia de marchar pelos direitos das mulheres e população negra. A marcha aconteceu em 2015 com o mote “Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver”.

A carta da Marcha das Mulheres Negras 2015 nos diz que o “Bem Viver é incompatível com o capitalismo racista patriarcal excludente, que nos engessa em espaços sociais de

exploração, subalternidade e marginalidade, e que associa qualidade de vida a consumo. (...) É, portanto, inconciliável com propostas desenvolvimentistas, violentas, exploradoras, privatizadoras e monopolizadoras de saberes e recursos”.

O Bem Viver é uma proposta política para contrapor o modelo capitalista neoliberal, formulado pelos povos indígenas e transformado pelo movimento de mulheres negras em uma experiência concreta da organização política. Segundo a comunicadora e ativista do movimento de mulheres negras, Juliana Gonçalves, as mulheres negras apontam o Bem Viver enquanto prática política organizativa, estruturando-a em outros quatro pilares: 1) natureza como parte da comunidade, um ente de direitos e não uma fonte de recursos; 2) a diversidade enquanto riqueza civilizatória, oposto ao processo de colonização que pretendia tornar todas as culturas como a do europeu branco, heterossexual e católico; 3) valoriza a vida em comunidade e o caráter coletivo no processo de transformação do mundo; e 4) os saberes ancestrais como ferramenta de luta.

Vinte anos após seu surgimento, o PSOL deve se inspirar e buscar sínteses com os movimentos de mulheres negras e mulheres indígenas, do campo, das florestas e da cidade para construir as soluções da crise climática e da superação do capitalismo.

Por um ecossocialismo do Sul global

Diante o cenário apresentado, acreditamos que o PSOL tem papel fundamental no enfrentamento das causas estruturais do colapso climático. É tarefa central alertar sobre as falsas soluções do capital, como o capitalismo verde ou capitalismo sustentável, e construir, na teoria e na prática, um horizonte de ruptura baseado na reorganização do metabolismo sociedade-natureza, na soberania popular sobre os bens comuns e na justiça socioambiental, combatendo o racismo ambiental e todas as formas de opressões. Esse horizonte é o ecossocialismo.

Defendemos um ecossocialismo do Sul global, que se nutre das lutas territoriais e das práticas políticas e organizativas dos sujeitos mais impactados pela crise ambiental. Um projeto inspirado nos saberes ancestrais e na cosmovisão de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais; nas lutas feministas, das resistências urbanas, das populações negras, LGBTQIA+, das juventudes e trabalhadores e trabalhadoras.

Esse ecossocialismo, para ser efetivamente emancipador, deve ser internacionalista e anti-imperialista, reconhecendo que o colapso climático é inseparável das relações desiguais entre centro e periferia no capitalismo global. Exige um programa de transição que combine medidas

emergenciais – como o fim do desmatamento, a transição agroecológica, a reversão das privatizações e a descarbonização da matriz energética – com mudanças estruturais – como o controle público e social dos setores estratégicos da economia, a democratização radical do Estado e a subordinação da produção aos limites ecológicos e às necessidades sociais.

Nosso horizonte é o de uma sociedade que rompa com a lógica do lucro e reorganize a vida coletiva a partir da cooperação, da justiça e do cui-

dado. O ecossocialismo do Sul global não é apenas uma proposta ambiental: é um projeto de libertação que integra a defesa da vida humana e não humana, a autodeterminação dos povos, a superação do capitalismo e de todas as formas de opressões. ■

Nathalia Santana é covereadora da *Bancada Feminista* e militante do *Subverta*.

Julio Holanda é biólogo, professor e militante do *Subverta*.



Colocar a crise climática no centro da ação

Lívia Duarte,
Juliano Medeiros
e Djalma Nery



A humanidade está diante de um momento decisivo. Vivemos o que poderíamos chamar de “soma de todas as crises”, quando se encontram numa mesma etapa histórica uma crise do sistema do capital, uma crise de legitimidade das democracias liberais, uma crise dos mecanismos de governança internacional criados após a II Guerra Mundial e uma crise climática prestes a tornar-se irreversível. A tradução desse acumulado de crises se manifesta na forma de guerras, massacres, disputas comerciais, ceticismo em relação à democracia, ascenso de forças extremistas de direita e ocorrência de eventos climáticos cada vez mais extremos. O mundo é hoje, em com-

paração com o momento em que surge o PSOL, vinte anos atrás, mais perigoso, instável e imprevisível.

Pensar a crise climática, portanto, não deve se resumir à formulação um inventário em torno da ameaça existencial que ela representa. Já conhecemos (embora nem sempre tenhamos introjetadas) as consequências do aumento das temperaturas, do nível dos oceanos, do desmatamento ou do uso intensivo dos combustíveis fósseis. A questão que nos interpela neste momento é outra: como fazer da transição ecológica uma oportunidade para colocar em xeque o sistema do capital, responsável principal pelas mudanças climáticas?

O que a ciência tem mostrado nos últimos anos é que o planeta não su-

porta o atual ritmo de produção e consumo promovidos pelo capitalismo. Isso leva a uma série de discussões sobre decrescimento, mudanças nos modelos produtivos, o papel da agroecologia e dos conhecimentos tradicionais, controle de recursos naturais estratégicos, descarbonização da economia, dentre outros. O que todos esses debates têm em comum é que apontam para o reconhecimento de que é preciso mudar a própria natureza do modelo.

Em outras palavras, pensar a transição ecológica não pode se resumir a buscar formas de viabilizar um “capitalismo sustentável”. Não acreditamos que esse sistema, com sua lógica predatória, sua crescente demanda por bens naturais, sua lógica anárquica de produzir e tendo em vista os padrões de consumo que incentiva, possa encontrar uma forma sustentável. Por isso, propomos encarar a transição ecológica como uma oportunidade para defender a superação do modelo e a construção de alternativas pós-capitalistas.

A gravidade da crise climática

O relatório do Painel Intergovernamental Sobre Mudanças Climáticas, publicado em 2018, alertou que, sem uma política efetiva de redução em 50% das emissões globais de carbono até 2030, será inevitável uma catástrofe climática. A meta estabelecida pelo Acordo de Paris, em 2015,

é de suprimir aumento da temperatura global em até 2°C em relação ao período pré-industrial. Cientistas e ativistas climáticos acreditam que a meta dos 2°C é perigosa, e que o limite suportável para o planeta é manter o aquecimento abaixo dos 1,5°C.

Segundo dados meteorológicos europeus, 2024 foi o ano mais quente desde 1850, com uma elevação na temperatura média global de 1,6°C. Ou seja, acima da meta estipulada como aceitável pelos cientistas. Esse fenômeno não necessariamente significa que já tenhamos ultrapassado as metas definidas no Acordo de Paris, pois o cálculo utilizado para estipular tais metas é a média das temperaturas registradas ao longo de 20 anos. Ao mesmo tempo, a anomalia reforça o sinal de alerta. Não podemos mais seguir agindo como antes ou defendendo as mesmas teses.

Mas embora os efeitos das mudanças climáticas sejam um problema a ser enfrentado por todos, sabemos que os principais responsáveis pela aceleração do aquecimento são os países do capitalismo central. Um estudo da OXFAM, publicado em 2022, apontou que metade da emissão de CO₂ do planeta é de responsabilidade dos 10% mais ricos. Mas apenas exigir reparação por parte dos grandes poluidores não basta. O Brasil, por exemplo, embora não tenha colaborado para o aquecimento global no ciclo de industrialização do capitalismo, é hoje um dos dez maiores emis-

sores de gases de efeito estufa, graças a seu modelo agroexportador. Logo, o discurso que exige que o financiamento da transição venha dos países ricos deve vir acompanhado de ações concretas também por aqui.

Encarar o debate socioambiental como disputa de modelo

O século XXI nasce sob o signo do terrorismo, do desmonte das políticas de proteção social na Europa, da volta dos nacionalismos e das guerras de rapina, como aquelas travadas pelos Estados Unidos e aliados no Afeganistão e Iraque; além do avanço dos populismos de direita na América Latina, Ásia e África. A reestruturação capitalista promovida pela agenda neoliberal – desregulamentação das leis trabalhistas, abertura comercial irrestrita, fortalecimento das frações monopolistas da burguesia, privatizações e plena hegemonia do capital financeiro e especulativo – elevou à condição de lei os interesses do verdadeiro corporativismo representado pelo rentismo e seus associados.

Essa estratégia, no entanto, não poderia ser desenvolvida sem conflitos. A partir da primeira década do século XXI ficou evidente que as promessas de crescimento econômico, democratização do acesso a bens e serviços e aumento da eficiência não poderiam ser cumpridas. A crise de 2008 iniciada

no mercado imobiliário dos Estados Unidos foi a centelha que incendiou o sistema e demonstrou as consequências da dinâmica especulativa sobre a vida real. Contrariando as expectativas populares, a maioria dos governos respondeu à crise com a promoção de ajustes recessivos que culminaram no corte de direitos. Essa etapa aberta pela crise no neoliberalismo também se traduziu através da disputa de projetos, como podemos ver com a proposta chinesa da Nova Rota da Seda, o ascenso da extrema direita associada às Big Techs e ao negacionismo climático, assim como a retomada dos investimentos em infraestrutura e defesa por parte da União Europeia.

Mas e as esquerdas, o que podem oferecer como projeto frente à crise do neoliberalismo? As forças hegemônicas no campo das esquerdas seguem sequestradas pela ortodoxia econômica em pelo menos dois aspectos: o primeiro, em relação à necessidade de manutenção de superávits fiscais sob a justificativa de preservar a “confiança do mercado” e de potenciais investidores; o segundo, em relação à possibilidade de um caminho mais ou menos autônomo que permita, com investimento público direto e crescimento econômico continuado, garantir as condições para a reindustrialização e a tão sonhada entrada no “clube dos desenvolvidos”.

Essa visão, que expressa em última instância a resiliência daquilo que economistas críticos chamam de “mito

do desenvolvimento”, impede a postulação de um modelo realmente alternativo. Em outras palavras, o que estamos afirmando é que se faz necessário superar as visões desenvolvimentistas presentes em parte da esquerda brasileira. A ideia de que um país da semiperiferia do capitalismo como o Brasil poderia, seja por via da indução do mercado interno, seja através da atração de divisas com base na exportação de commodities, alcançar os padrões de desenvolvimento dos países do capitalismo central não passa de uma ideologia que atrasa a formulação de uma alternativa. Sem imaginação crítica e reconfiguração de um projeto, as esquerdas seguirão reféns de uma visão teórica ultrapassada e incapaz de produzir caminhos para a disputa do futuro.

A transição ecológica como alternativa

A crise climática coloca em xeque ao mesmo tempo o modelo de produção no Brasil e no mundo, os padrões de consumo determinados pela propaganda capitalista, os fluxos comerciais que relegam aos países do Sul global ao papel de fornecedores de matérias primas e consumidores de bens de alto valor agregado; joga luz sobre as ameaças à vida representadas pela dinâmica destrutiva do sistema do capital e ainda nos permite propor um modelo alternativo baseado numa nova divisão internacional da produ-

ção, onde países com grandes reservas de energia limpa ou ecossistemas capazes de promover serviços ambientais, como a captação de CO₂, poderão se tornar verdadeiras potências.

Isso vai muito além das visões românticas presentes em alguns círculos ecossocialistas, que enxergam na crise climática uma chance de denunciar o capitalismo e propor uma transição socialista imediata. Está claro que o capitalismo está levando o planeta e suas formas de vida ao colapso, mas essa constatação em si não será suficiente para romper a inércia. Ao contrário: colocar um projeto alternativo na ordem do dia exige superar fórmulas prontas e imaginar caminhos capazes de disputar parcelas socialmente relevantes para um enfrentamento contra-hegemônico a partir do nível de consciência do povo.

A transição é, portanto, uma oportunidade de repensar o modelo e fomentar novas dinâmicas sociais, políticas e econômicas. Temos, assim, aos menos três abordagens que podem dar sentido a um projeto antineoliberal e socialista a partir da crise climática. A primeira é aquela em torno da solidariedade diante dos eventos climáticos extremos. Somos, afinal, o setor que sempre defendeu o cuidado com o outro diante do “salve-se quem puder” do neoliberalismo. A liderança que mais políticas sociais promoveu no país vem do campo progressista – o presidente Lula –, e temos um his-

tórico de presença nos movimentos sociais que nos credencia politicamente. O engajamento em ações de solidariedade diante de eventos climáticos extremos credencia a esquerda como o campo do “cuidado com o próximo”.

A segunda tem a ver com o papel do Estado, o que afronta diretamente a lógica neoliberal. Fortalecer o Estado e seus mecanismos de proteção é – assim como foi na pandemia – um discurso fundamental para fortalecer nossas posições na sociedade. É através do Estado que podemos defender um novo modelo produtivo no campo, baseado na agroecologia. É através dele que podemos investir em novas tecnologia, na produção de uma bioindústria que produza riqueza, e é nele que podemos promover os mecanismos de sua redistribuição. Só o Estado pode proteger os territórios indígenas das investidas da mineração ilegal ou do agronegócio.

Finalmente, a terceira abordagem tem a ver com a defesa de outro modelo econômico, que supere a dependência do agronegócio predatório, que pense a transição nos marcos da mudança do modelo produtivo brasileiro, que abandone as ilusões desenvolvimentistas e neoextrativistas. Que garanta soberania alimentar, investimentos em infraestrutura em saneamento; e gere oportunidades para os mais de 30 milhões de brasileiros e brasileiras que vivem na Amazônia e que não podem ser vítimas do desenvolvimento predatório, mas merecem acesso a serviços

públicos de qualidade e oportunidades.

O papel dos socialistas democráticos, portanto, deve ser o de articular a crise climática com a defesa de outro modelo econômico. Em outras palavras, a crise climática não pode ser um significante vazio. Ela deve ser a expressão concreta da principal ameaça à vida, à felicidade, ao emprego e à família. Por isso, tem potencial para se tornar a mais anticapitalista das lutas, já que é a única com condições de questionar de forma global o modelo e oferecer uma alternativa capaz de associar os âmbitos econômico, cultural e político. Mas, para isso, devemos traduzir a crise climática como um perigo real, numa operação discursiva que mobilize os afetos a partir da dimensão material da vida.

A esquerda precisa de uma tática para o debate socioambiental

Para enfrentar o tema, a esquerda precisa de um programa capaz de produzir uma articulação hegemônica entre parte do mundo do trabalho, da classe média, da intelectualidade crítica, da cultura, entre outros, em torno da defesa da vida contra a morte, representada pelas mudanças climáticas, pelos negacionistas, pelo autoritarismo da extrema direita, pelo agronegócio predatório. A defesa da Amazônia e o combate frontal às atividades predatórias na região – incluindo gás e petróleo –

devem ser uma ponte com setores médios que contribuam para apoiar iniciativas que protejam os modos de vida tradicionais ao mesmo tempo em que permitam a transferência de algumas cadeias de agregação de valor para a região Norte, diminuindo as desigualdades regionais.

Nas grandes cidades, onde as esquerdas são mais representativas, devemos defender modelos mais humanos, seguros e modernos, combatendo as desigualdades econômicas ao mesmo tempo que permitimos reformas urbanas que incentivem as atividades produtivas privadas, a agricultura urbana e periurbana, o consumo consciente, e a produção cooperativa, aproximando – e não rejeitando – a perspectiva do empreendedorismo individual e familiar.

No plano nacional, essa tática se articula com a defesa de reformas tributárias robustas que ajudem a financiar a transição, já que não há que se esperar que os países ricos o façam. Na crise climática não existem fronteiras. Embora as responsabilidades devam ser proporcionais, a disputa de um modelo alternativo não deve ser pensada em termos de composição com os demais modelos em disputa. Em outras palavras, se queremos afirmar um modelo alternativo, de caráter socialista e democrático, não devemos esperar que os países do capitalismo central o financiem.

No plano político, a tática passa por formar uma frente entre todas

as forças de esquerda e centro-esquerda contra a extrema direita, mas buscando impulsionar no interior dessa aliança a formação de um bloco hegemônico que expresse a ascensão de uma nova esquerda, pós-desenvolvimentista, pós-extrativista, antineoliberal, radicalmente democrática, socialista, feminista, que combata o racismo ambiental e se mostre profundamente comprometida com a luta por outro modelo.

Um programa socioambiental para a esquerda

Esse programa deve contemplar vários aspectos, sempre buscando associar a luta política e econômica com sua dimensão cultural. Repetindo: nosso propósito deve ser a construção de articulações hegemônicas entre classes e frações de classes, com a liderança dos interesses populares na formação daquilo que Gramsci chamou de “classe nacional”. Para isso, nosso programa socioambiental deve ter, ao menos, seis eixos:

1. Preservação e combate ao desmatamento:

Os dados apontam que o avanço da fronteira do agronegócio predatório sobre a floresta é a principal contribuição do Brasil ao aquecimento global, mas não só. Devemos lutar contra qualquer atividade predatória na Amazônia, do garimpo à exploração de combustíveis fos-

seis. Isso porque, além dos enormes riscos ambientais envolvidos, atividades dessa natureza mantêm o Brasil refém do modelo neoextrativista de exportação de bens primários, inviabilizando a construção de um modelo econômico alternativo. A tese da “acumulação primitiva” necessária ao desenvolvimento de uma economia industrial justificou as maiores atrocidades da história. Não podemos conciliar defesa da Amazônia com qualquer forma de atividade predatória.

2. Reforma agrária e agroecologia como alternativa produtiva:

Não basta impedir que o agronegócio expanda seus tentáculos sobre a floresta. É preciso alterar a dinâmica produtiva para diminuir a dependência econômica que o Estado brasileiro tem em relação às exportações do setor. Para isso, devemos combinar um forte impulso à pequena agricultura de baixo carbono, com prioridade para a produção familiar e de alimentos, moderna e comunitária. Também é necessário encontrar aliados entre os setores que produzem em larga escala para uma transição de modelo, considerando as demandas do mercado internacional. Se nem a revolução socialista terminou do dia para a noite com a produção em larga escala na Rússia, não seremos nós que o faremos no Brasil do latifúndio mecanizado e tecnológico.

3. Transição energética:

A energia elétrica produzida no Brasil é em sua grande maioria renovável, mesmo que os impactos ambientais para a promoção de obras como as da usina de Belo Monte tenham sido desastrosos. Ainda assim, segue havendo pesados subsídios para a produção de energia termoeletrica fóssil, além da energia nuclear e a pressão para manter em níveis preocupantes a produção de etanol (que também é poluente). Além de investir em tecnologias que possam posicionar o Brasil numa nova divisão internacional do trabalho e da produção, um programa socialista para a transição energética poderia gerar novos empregos bem remunerados, diminuir os custos da produção industrial e mesmo reduzir o valor da energia domiciliar. Para isso, são necessários investimentos estatais em pesquisa sobre as novas fontes de energia, em particular o hidrogênio verde.

4. Infraestrutura e adaptação climática:

Num país desigual como o Brasil, os investimentos em infraestrutura são aqueles com maior capacidade de geração de emprego e renda no curto prazo. Não por outra razão, a indústria pesada foi a primeira vítima da Lava Jato e seus aliados internacionais quando o país começou a exportar serviços de engenharia para o mundo todo. Um plano de transição socioambiental robusto exige, como demonstra a situação no Rio Grande

do Sul, forte investimento em adaptação das cidades às mudanças que já são irreversíveis. Isso significa reforma urbana, infraestrutura de saneamento, transição em transportes para eletrificação de frotas e veículos particulares, gestão de resíduos e efluentes líquidos, dentre outros.

5. Financiamento da transição:

Há uma trágica coincidência entre diferentes discursos negacionistas, de esquerda ou de direita: todos reivindicam o “direito ao desenvolvimento” do Brasil. É verdade que o planeta chegou ao ponto crítico em que se encontra porque os países do capitalismo central se desenvolveram economicamente sem qualquer preocupação ambiental. Logo, faz sentido o raciocínio de que, por trás da defesa do meio ambiente estão, na verdade, motivações geopolíticas que buscam impedir o surgimento de novos atores na arena global. A questão é que, nessa lógica, qual a opção senão seguir rumo a um ponto de não retorno? Um programa socialista deve cobrar de todos os governos medidas para transformar sua matriz produtiva, gerando empregos, desconcentrando a renda e a riqueza, ampliando o investimento público e diminuindo as desigualdades. Em outras palavras: não podemos esperar o resgate do Norte global. A combinação de medidas de adaptação e mitigação poderia gerar um aumento do PIB

do Brasil entre US\$ 230 e US\$ 450 até 2030. O número de empregos gerados poderia chegar a 10 milhões e a neutralidade de carbono poderia ser alcançada antes de 2050, conforme prevê o Acordo de Paris.

6. Democracia, controle social e combate às desigualdades:

Há uma total falência dos instrumentos de governança global. Isso significa que o futuro da humanidade não será definido nas COPs. Ao mesmo tempo, nos permite concluir que nenhuma transição socioambiental pode prescindir de um forte controle social. A crise da democracia liberal e sua subordinação às necessidades de reprodução do capital transformaram-na em um significante vazio. A transição, portanto, nos dá a oportunidade de sustentar a necessidade de uma nova democracia, baseada nos territórios, nos setores populares organizados, na transparência e na vontade das maiorias. É possível forjar uma nova consciência ambiental, em que as formas de vida tradicionais – sobretudo de povos indígenas, ribeirinhos, pescadores, quilombolas, dentre outros – sejam a ponta de lança. Os comitês de bacias hidrográficas, os conselhos populares de meio ambiente e recomendações internacionais, como a Convenção nº 169 da OIT ou o Acordo de Escazú, são instrumentos que devem ser reivindicados para pensar uma democracia ambiental robusta.

O PSOL está diante de uma oportunidade única. Além de ser um partido que não se vende e não se rende à lógica da velha política, é também aquele que tem encampado nos últimos anos as lutas sociais relegadas pela esquerda tradicional. Mas nosso projeto econômico ainda é frágil. Além de resistir aos ataques aos direitos sociais, reivindicar reconhecimento aos grupos sociais historicamente marginalizados, construir uma democracia real e enfrentar a extrema direita, chegou a hora de oferecer um projeto econômico para o país. E a transição

ecológica é uma oportunidade ímpar para isso. Essa disputa já começou. Se ficarmos para trás, talvez não tenhamos outra chance. ■

Lívia Duarte é advogada, psicóloga e Deputada Estadual pelo PSOL/PA.

Juliano Medeiros é historiador, doutor em Ciência Política pelo IPOL/UnB e ex-presidente do PSOL (2017-2023).

Djalma Nery é cientista social, mestre em Ciências pelo CENA/USP e vereador pelo PSOL em São Carlos/SP.





Cadernos de debate

Dando continuidade ao processo de renovação programática que marca os 20 anos da legalização do PSOL, a FLCMF lança o segundo caderno de debates, sobre o eixo 2, Crise Climática e Meio Ambiente, com textos que refletem a diversidade de elaborações e ideias e que são a força do nosso partido.



FUNDAÇÃO
**LAURO CAMPOS e
MARIELLE FRANCO**
PSOL

